# Resenha de Ауров Олег Валентинович Испания в эпоху вестготов. Краткая история. — СПб.: «Евразия», 2019. — 224 с. ISBN 978-5-8071-0428-1
# Resenha de Aurov Oleg Valentinovich "Hispânia na época visigoda, breve história" – São Petersburgo, Eurasia, 2019, 224p.

**Olga Pisnitchenko**•

**Enviado em: 29/05/2020**
**Aprovado em: 29/06/2020**

Nos últimos 20 anos, a historiografia russa sofreu grandes transformações, principalmente no que diz respeito aos estudos medievais. O rompimento com o autoritarismo político que controlava todas as esferas científicas na União Soviética, sobretudo as humanidades, a integração do país nas estruturas europeias e as reformas radicais em educação e ciência foram, de acordo com Oleg Aurov, essenciais para os avanços de medievística russa[1]. *Hispânia na época visigoda, breve história* é uma obra que sem dúvida conseguiu não somente refletir as importantes transformações nas abordagens históricas dos temas medievais, como também aproveitar a longa tradição da hispanística russa que começa ainda nos tempos do Império com Vladimir Piskorski (1867-1910), seu representante mais famoso, cujos trabalhos referentes às cortes castelhanas foram reconhecidos pelos próprios historiadores espanhóis[2].

A obra de Oleg Aurov é fruto de muitos anos de pesquisas e aulas ministradas para os estudantes hispanistas: futuros historiadores e filólogos. De maneira clara e versátil, o autor apesenta aos leitores o período visigodo (início do século V - início do século VIII) da Península Ibérica, que começou com o assentamento dos povos bárbaros no território ibérico e chegou ao seu fim com a conquista muçulmana. O autor aponta para o fato de que durante este período as terras hispânicas foram reunidas pela primeira vez numa unidade política, cuja imagem, preservada na Idade Média, influenciou na formação do Estado moderno espanhol.

A obra é dividida em cinco capítulos. O primeiro é dedicado ao período romano da Península Ibérica. Nesta obra, Oleg Aurov se mantém afastado do debate que foi travado nas últimas décadas entre os medievalistas e estudiosos da Antiguidade sobre a pertinência da atribuição do período Alta

• Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui Graduação em História pela Universidade Federal do Paraná e Mestrado em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-Doutorado em andamento na Universidade Estadual de Campinas.

[1] АУРОВ О.В. Рец.: Циркин Ю.Б. Испания от античности к Средневековью. – СПб.: Филологический факультет СПбГУ; Нестор-История, 2010. – 456 с. ил. – (Историческая библиотека). //ВДИ. 2012. №1. С . 212 – 220 (1 п.л.)

[2] PISKORSKI, W. *Las Cortes de Castilla en el periodo de tránsito de la Edad Media a la Edad Moderna. (1188-1520)*, Barcelona, 1930, traducción de Sánchez-Albornoz, C.

Idade Média ou Antiguidade Tardia. O autor apresenta a originalidade e traça as peculiaridades da formação política visigoda sem interpretá-la como fruto da decadência do mundo romano ou como "locus de formação das realidades posteriores"[3]. De acordo com Marcelo Cândido, "...talvez seja o maior desafio dos estudos sobre esse período: abandonar a ênfase nos desdobramentos posteriores, seja das relações feudovassálicas, seja das superstições pagãs, seja da Realeza, e concentrar-se nos elementos constitutivos e originais dos séculos VI-X"[4].

Sendo o Império Visigodo o foco desta obra, o período romano do primeiro capítulo é analisado como essencial para a formação de uma unidade étnico territorial na Península Ibérica. O autor fala das bases político-administrativas e linguístico-culturais que começam a se desenvolver na Península a partir do século III a.C. A Hispânia Romana apresentada ao leitor no primeiro capítulo é tratado como resultado do processo de romanização, que na historiografia brasileira foi definido por Norma Mendes como o processo de divulgação de identidade romana. Segundo ela, esse processo "impunha limites e modelava de várias formas a vida pública e privada através de um conjunto multifacetado de dispositivos capazes de veicular e impor a adoção do ideal de ser romano, tais como: produção intelectual, religião educação, remodelação dos ambientes físicos, organização administrativa, instituições, surgimentos de novos grupos sociais, construção de cidades"[5]. Seguindo o mesmo caminho, Aurov apresenta a Hispânia romana como uma civilização urbana reorganizada em função da romanização tanto do ponto de vista arquitetônico como social. Assim, nas três províncias hispanas Bética, Tarraconense e Lusitânia situavam-se um pouco menos de 400 cidades, tendo a maioria delas permanecido no período visigodo[6]. O autor acentua que durante o processo de romanização, os idiomas das populações pré-romanas (celtas, celtiberianos, fenícios e até gregos) acabaram desaparecendo[7], deixando somente algumas palavras dialetais ou especificidades fonéticas do latim ibérico coloquial.

O historiador russo aponta o cristianismo como um dos fatores mais importantes para a formação sócio-política do reino visigodo. A importância da religião cristã acentuada em vários aspectos da sociedade visigoda perpassa toda a obra. Enquanto o primeiro capítulo trata da instalação do cristianismo nos séculos III-V – período de transição de Império Romano para o reino visigodo – , o segundo aponta para a importância da pregação de Úlfilas e a patronagem do imperador Valente, que concedeu permissão aos seus correligionários de atravessar o Danúbio e assentar no território do

[3] CÂNDIDO, M. *Entre "Antiguidade Tardia" e "Alta Idade Média"*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.12, n.2/n.3, p. 53-64 p.56
[4] Idem
[5] MENDES, N. *Reflexões sobre a Romanização de Balsa*. Phoinix 8, Rio de Janeiro, 2002
[6] АУРОВ, О. В. Испания в эпоху вестготов. СПб.: Евразия, 2019, p. 14
[7] O idioma basco é o único das línguas pré-romanas que sobreviveu à romanização e continua sendo falado nos dias de hoje.

Império sob o status de *foederati*. No terceiro capítulo, o autor se dedica a trabalhar com noções da Eclésia peninsular, destacando o convívio da instituição ariana com a instituição católica. Aurov nota que não há textos que confirmem as diferenças entre o arianismo surgido em Roma no século IV e o professado na Península Ibérica. Assim, a divisão tribal como base institucional da organização eclesiástica, a possibilidade de a liturgia ser celebrada em língua gótica e as disparidades dogmáticas com Roma não passam de meras suposições.

O conflito entre arianos e católicos, iniciado no reinado de Leovigildo com a revolta de Hermenegildo e terminado com a reforma religiosa que eleva o catolicismo à principal e única religião do reino, é apresentado ao leitor como uma luta política. Para o autor, a proibição do arianismo durante o reinado de Recaredo explica-se em primeiro lugar pelo fato do governante ter plena consciência da situação política que se formou no reino no final do século VI. Perdendo o controle e a confiança do exército e da nobreza visigoda, o rei procurou obter o apoio do episcopado e da população hispano-romana, cujos interesses eram representados pela Eclésia católica. Mas o autor não deixa de considerar os fatores subjetivos e a influência pessoal do bispo Leandro de Sevilha, que anteriormente já havia apoiado a revolta do irmão mais velho de Recaredo, Hermenegildo. A importância do terceiro Concílio de Toledo de 589, que simbolizou a conversão do reino visigodo para o catolicismo, é assinalada no quarto capitulo como responsável pelas grandes transformações, tanto religiosas como sociais e políticas. Enquanto as tentativas de Leovigildo de apagar a divisória social e política entre bárbaros visigodos e a aristocracia romano-hispânica por meio da união religiosa na fé ariana não foram bem sucedidas, as reformas de Recaredo uniram de uma vez por todas a elite hispânica, abrindo caminho para a elite hispano-romana aos cargos tanto no palácio como no exército e recebendo o apoio de poderoso e influente episcopado romano católico.

Para Aurov, a reforma religiosa e a conversão ao cristianismo niceno foi um dos momentos essenciais na formação do reino visigodo. Ele interpreta o governo de Sisebuto como um período essencial para a edificação da ideologia régia da Hispânia Visigoda, iniciada ainda pelos decretos do Concilio de Toledo de 589, sendo seu principal objetivo a elaboração de uma nova imagem do poder real, projetada para consolidar a população do reino em torno da figura do monarca. Assim como o historiador brasileiro Renan Frighetto, que aponta para o arcabouço teórico legislativo que sacraliza o soberano, observando "que o cristianismo enquanto elemento sacralizador do poder régio apresenta-se como eixo ideológico sobre o qual calca-se a relação entre o rei, a nobreza e o populorum"[8], o

[8] FRIGHETTO, Renan. Religião e poder no reino hispano-visigodo de Toledo; a busca da unidade político-religiosa e a permanência das práticas pagas no século VII. Iberia: Revista de la Antigüedad, Nº 2, 1999, p.140.

autor russo fala sobre a "formação da teologia política visigoda" e sua implantação na consciência social atendendo os propósitos políticos da Eclésia católica[9].

Tratando como uma nova construção ideológica, o autor assinala que esta não se refletiu somente no nível da organização institucional do poder régio ou na codificação legislativa, mas também na concepção do reino de Toledo como um novo império. Aurov se refere aos escritos de Isidoro de Sevilha, cujo elogio à terra hispânica no prólogo da *Historia de regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum* destaca seus recursos naturais e potencial econômico. Na obra de Isidoro, a grande e rica terra aparece unida ao glorioso povo visigodo, dando origem a uma nova concepção das terras hispanas, que são apresentadas não como um retalho do Império Descaído, mas como uma entidade política auto-suficiente, de maneira alguma inferior ao poderoso Império Bizantino. A análise das fontes, desde os próprios escritos de Isidoro, que abandona o uso do conceito *romani* como referência à nobreza hispânica e passa a usá-lo a partir daquele período somente para mencionar os bizantinos, até a obra de Juliano de Toledo, que no final do século VII define os habitantes da Península Ibérica não só como godos, mas como hispanos, mostra que o reino hispano de Toledo se revela como uma realidade indiscutível não apenas geograficamente, como também política e culturalmente. Os hispanos de Juliano de Toledo são aqueles que obedecem ao governante da Hispânia, ao "rei piedoso", cujo poder foi-lhe entregue por Deus e sancionado pela Eclésia; sendo assim, a desobediência a sua autoridade é um crime grave que merece a punição mais severa.

O poder régio analisado pela sua definição na legislação elaborada em diversos Concílios é apresentado como herdeiro das estruturas políticas e institucionais das tradições romanas. Mas o legado político romano é reelaborado e adaptado a novas condições políticas. Em particular, os ideólogos e legisladores visigodos são atraídos pelo conceito de poder dos reis do antigo Israel, representado na Bíblia. Nesse conceito, as funções dos governantes combinam-se em seculares e religiosas. Porém, o autor nega qualquer alusão à teocracia ao falar do regime político na Península Ibérica. O reino de Toledo, acentua ele, era governado por um rei, e não pelos bispos. No entanto, a autoridade dos bispos, principalmente quando ligada às decisões dos Concílios locais, foi, sem dúvida, um eficaz instrumento político. Esta autoridade pode ser interpretada como um mecanismo que transformou a qualidade do poder régio, reforçando a autoridade do rei como derivada da autoridade da Eclésia. Assim, tanto nas decisões de Concílios como na legislação régia o rei é apresentado como "criador das leis", e "defensor do povo e pátria", seguindo o padrão dos ideais cívicos romanos.

[9] …формирование «вестготской политической теологии» и ее утверждение в общественном сознании путем целенаправленной деятельности Церкви. P. 101

A autoridade régia crescente é apresentada pela obra na sua análise do sistema de governo central, cujo órgão principal, o Palácio do rei, representava uma complexa organização dos departamentos especializados, sendo o setor fiscal, que preservou em sua maior parte o sistema tributário romano, um dos mais amplos e importantes. Aurov mostra também que apesar do legado romano poder ser identificado em várias esferas governamentais do reino visigodo, alguns setores inevitavelmente se transformaram, assumindo seus traços medievais. Assim, a crise do modelo romano da organização militar está por trás das reformas realizadas por rei Wamba, que definitivamente transformaram o sistema militar visigodo com base no princípio da relação de dependência pessoal.

A obra dedica também um bom espaço à Eclésia do reino de Toledo, apresentando-a como uma instituição poderosa que colaborava e, por vezes, até concorria com o poder régio no governo, tanto nos assuntos religiosos como seculares.

> Os Concílios de Toledo se tornaram a principal ferramenta da interferência do episcopado na vida política do reino. Enquanto outros reinos romano-bárbaros não conheciam outras Concílios, a não ser provinciais (a convocação dos Concílios Ecuménicos no século VII continuou sendo a prerrogativa dos imperadores do Império Romano do Oriente), os Concílios de Toledo reuniam representantes das comunidades religiosas de toda a Hispânia e, às vezes, de Septimânia. O primeiro Concílio de tamanha influência foi III Concílio de Toledo em 589[10]. (trad. nossa)

O autor também aponta para a importância e crescente influência do monacato, um fenômeno, sem dúvida, próprio da Eclésia medieval, principalmente pelo fato de não estar ligado à cidade e à hierarquia episcopal. No século VIII, afirma o autor, a cidade de Toledo já estava rodeada de vários mosteiros. O sistema de autoridade pública herdado dos tempos da Antiguidade Tardia na virada dos séculos VII – VIII também sofre várias transformações, como é apontado na *Hispânia na época visigoda.* Os oficiais públicos do tipo romano passam a ser substituídos pelos magnatas poderosos, cujo poder privado significativamente diferenciava-se das denominações dos seus cargos herdados da administração romana. De acordo com Aurov, até o poder régio remanescente do poder público romano mantinha-se pela força da inércia e "pela preservação e reprodução dos estereótipos de consciência política que foram desenvolvidos dentro do sistema de ideologia estatal e propagados pela Eclésia"[11].

De certo modo, o autor faz entender que essa fragilidade política devido à passagem do sistema antigo para o medieval explica de forma relativamente fácil e rápida a vitória que os árabes obtiveram ao desembarcar na Península Ibérica. Apresentado diversas versões que tentam lançar uma luz sobre a rápida conquista de um dos mais esplendorosos reinos da época, Aurov conclui que todos os processos de transformação política e econômica que se iniciam no reino visigodo e, a princípio,

[10] АУРОВ, О. В. Испания в эпоху вестготов. СПб.: Евразия, 2019, p.125
[11] АУРОВ, О. В. Испания в эпоху вестготов. СПб.: Евразия, 2019, p.143

parecem destrutivos em perspectiva distante, se mostraram construtivos, significando a formação das novas bases sociais e políticas por trás do surgimento dos novos reinos hispânicos cristãos que, em menos de um século após a conquista da Península Ibérica pelos muçulmanos, começaram o seu avanço sobre os territórios do califado de Córdoba.

Para finalizar, gostaria de ressaltar que *Hispânia na época visigoda, breve história* tem como principal objetivo apresentar a todos os interessados a Península Ibérica no período visigodo, apontando para vários campos de estudos (político, econômico, cultural) que podem e devem ser explorados com estudos posteriores. Mas o que especialmente elevaria o interesse do leitor brasileiro pela obra é o olhar inédito do autor, herdeiro de uma cultura que não teve ligação com o legado romano-ocidental e que pertence a uma escola histórica cuja gênese diferencia-se bastante da brasileira.